



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 1173  
Proc.: 704/02  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

PROCESSO Nº 704/2002

ÓRGÃO DE ORIGEM: SEFIPE

ASSUNTO: **Auditoria de regularidade.**

MONTANTE EM EXAME: R\$ 263.748,00 (06.11.2009 - Portaria nº 236/2002).

EMENTA: Auditoria de Regularidade levada a efeito junto à Secretaria de Estado de Saúde – SES no segundo trimestre de 2002, relativa às concessões de aposentadoria e pensões provenientes da ex-Fundação Hospitar do DF.

Determinações à jurisdicionada, nos termos da Decisão nº 210/2003 (fls. 169 e 170). Cumprimento parcial. Reiteração de providências consoante Decisões nºs 3763/2007 (fl. 232), 2113/2008 (fls. 336 e 337), 1119/2009 (fl. 588), 1480/2010 (fl. 1030), 299/2011 (fls. 1113 e 1114) e 5229/2012 (fl. 1142).

**Descumprimento. Aplicação de sanção. Reiteração de determinações.**

Senhor Diretor:

Tratam os presentes autos, nessa fase de tramitação, do cumprimento da Decisão nº 299/2011 (fls. 1113 e 1114), reiterada nos termos da Decisão 5229/2012 (fl. 1142), proferidas em relação à auditoria de regularidade versada neste feito.

2. As indigitadas deliberações foram vazadas nos termos seguintes:

**Decisão nº 299/2011**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

*I - considerar não-cumprido o item V a Decisão nº 1480/2010;*

*II – haja vista o item IV da Decisão nº 1480/2010, não conhecer, por perda de objeto, das razões de defesa apresentadas pelos servidores WANDERLEY ESTEFAN SAD, ORESTE SOUZA SILVA SANTOS e JOSÉ MIGUEL DA SILVA TELES;*



*III - determinar à Secretaria de Estado de Saúde que, no prazo de 60 dias, adote as seguintes providências:*

*1) cientificar, em reiteração ao item V, número "1", da Decisão nº 1480/2010, os médicos que recebem a VPNI de que trata o art. 1º da Lei nº 1.867/98, com majorações tidas por irregulares pelo TCDF, para que, no prazo de 30 dias, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal, possam, de forma individual ou coletiva, apresentar a esta Corte de Contas suas razões de justificativa, podendo, inclusive, ser representados pelo Sindmédico;*

*2) indicar os responsáveis pela continuidade, após a Decisão nº 210/03, do pagamento da majoração da VPNI acima referida (decorrente da redução da jornada de trabalho de 24 horas semanais para 20 horas, imposta pela Lei nº 2.585/00), observando que essa determinação já constou das Decisões nºs 3763/07 (parte final do item "c.2"), 2113/08 (item 3, alínea "h") e 1119/09 (item I, número 2);*

*3) indicar os responsáveis pelo não-atendimento das Decisões 3763/07 (parte final do item "c.2"), 2113/08 (item 3, alínea "h"), 1119/09 (item I, número 2) e 1480/2010 (item V);*

*4) convocar os servidores que vierem a ser indicados (itens 2 e 3, acima), para, em face do disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, apresentarem a esta Corte de Contas, no prazo de 30 dias, suas razões de justificativa;*

*IV - recomendar à SES/DF que informe a este Tribunal, tão logo ocorra, o desfecho dos Mandados de Segurança/TJDFT nºs 2004.01.1.069250-6 e 2008.00.2.011948-7;*

*V – alertar o atual titular da Secretaria de Estado de Saúde da possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 01/94, para o caso de descumprimento injustificado de decisões desta Corte;*

*VI – manter o sobrestamento da apreciação das alegações de defesa apresentadas por Geraldo Ferreira da Silva, Maria de Fátima Gomes Cordeiro e Elson Vilasboas, até que venham aos autos as demais defesas de todos os servidores envolvidos, o que se dará com o fiel cumprimento desta decisão; VII - dar conhecimento aos servidores WANDERLEY ESTEFAN SAD, ORESTE SOUZA SILVA SANTOS e JOSÉ MIGUEL DA SILVA TELES do teor do item II desta decisão.*



## **Decisão nº 5229/2012**

*1) por unanimidade, de acordo com o voto do Relator:*

*I. reiterar à Secretaria de Estado Saúde do Distrito Federal (SES/DF), para que cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, os termos da Decisão nº 299/11;*

*II. autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins;*

*2) por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, alertar o atual titular da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para as sanções previstas no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 1/94, que prevê à aplicação de multa pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de decisões deste Tribunal de Contas.*

3. A jurisdicionada havia solicitado a prorrogação de prazo para cumprimento das determinações por meio do Ofício nº 2604/2012 – GAB/SES, de 13.11.2012 (fl. 1144), instruído com os documentos de fls. 1145/1153. Entretanto, esse pleito restou sem objeto, uma vez que ele foi protocolado juntamente com o Ofício nº 2619/2012 – GAB/SES, de 14.11.2012 (fl. 1154), o qual encaminha anexa documentação (fl. 1155/1172), com o intuito de atender ao determinado no pronunciamento da Casa.

4. Muito embora os termos das decisões retrotranscritas sejam claros, as peças juntadas não atendem ao estipulado pela Corte. Limitam-se a historiar a questão da VPNI de que trata o art. 1º da Lei nº 1.867/1998, matéria já muito tratada nos autos. Não há menção a procedimentos com vistas a apurar as responsabilidades, na forma solicitada, e nem para comunicar aos interessados sobre o direito ao exercício de suas garantias fundamentais do contraditório e ampla defesa, em face as deliberações da Corte sobre a referida VPNI.

5. Cumpre ressaltar, ainda, que se trata de providências, repetidas por várias vezes ao longo do tempo nas Decisões nºs 3763/2007 (fl. 232), 2113/2008 (fls. 336 e 337), 1119/2009 (fl. 588), 1480/2010 (fl. 1030), 299/2011 (fls. 1113 e 1114) e 5229/2012 (fl. 1142) e o órgão tem permanecido inerte. Assim, reputa-se inócua nova reiteração, sem adoção de medida mais enérgica para levar ao fiel cumprimento do determinado.

6. Ademais, o egrégio plenário havia deliberado por alertar o atual titular da secretaria, Sr. Rafael de Aguiar Barbosa, sobre as sanções pelo não atendimento injustificado das decisões da Casa.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 1173  
Proc.: 704/02  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

7. Pelo exposto, sugere-se:

I - considerar não cumprida a Decisão nº 299/2011, reiterada pela Decisão nº 5229/2012.

II – determinar audiência do servidor nominado no parágrafo 6º desta instrução, em face a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 1/94, pelo descumprimento reiterado e sem justificativas das providências determinadas nas Decisões nºs 299/2011 (item III, números 1 a 4) e 5229/2012 (número 1, item I), as quais reiteraram as Decisões nºs 3763/2007 (item “c.2”), 2113/2008 (item 3, alínea “h”), 1119/2009 (item II, número 1), 1480/2010 (item V, número 1).

III – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para que cumpra, no prazo de 60 (sessenta) dias, os termos da Decisão 299/2011, reiterada pela Decisão nº 5229/2012.

IV - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

À consideração superior.

Brasília, 19 de fevereiro de 2012.

**Otassio Kazuo Yokoyama**  
Auditor de Controle Externo  
Mat. nº 491-0